Demarcação de Terras Indígenas

Novos desafios para a regularização das terras indígenas
Lei 14.701/2023 e as decisões do STF

Territórios de Resistência: Regularização Fundiária, Proteção Territorial e os Desafios Jurídicos frente à Mineração

Dra. Maíra Pankararu

1. Ponto de partida

Demarcação, proteção territorial e segurança jurídica

Demarcação efetiva
→ proteção territorial

Pressão territorial
→ garimpo, degradação e violência

Questão central

- A palestra examina os efeitos da Lei 14.701 e das decisões do STF sobre a regularização das terras indígenas.
- O conflito institucional repercute diretamente na atuação do Ministério Público Federal.

2. 2023: STF e Congresso

Do Tema 1.031 à Lei 14.701

STF — Tema 1.031

- Julgamento do RE 1.017.365.
- Inconstitucionalidade da tese do marco temporal.
- Reafirmação da teoria do indigenato e do caráter originário dos direitos territoriais.

Congresso — PL 490 / PL 2.903

- Aprovação do texto em 2023.
- Reintrodução do marco temporal e alterações no regime do art. 231.
- Vetos presidenciais foram derrubados em dezembro de 2023.

3. A Lei 14.701 e a judicialização

Quatro ações estruturaram o conflito no STF

LEI 14.701/2023

ADIs 7.582, 7.583 e 7.586

- Propostas pela APIB, partidos e entidades de apoio.
- Questionam a constitucionalidade formal e material da lei.
- Pontos centrais: marco temporal e usufruto exclusivo.

ADC 87

- Pedido de declaração de constitucionalidade da lei.
- Defesa associada aos argumentos de segurança jurídica e pacificação fundiária.

As quatro ações foram julgadas conjuntamente pelo Plenário.

4. A Câmara de Conciliação

Um espaço contestado antes do julgamento de mérito

O que aconteceu

- Instalada em agosto de 2024 por iniciativa do Ministro Gilmar Mendes.
- 23 audiências ao longo de quase um ano; encerramento em junho de 2025 sem consenso.
- Em agosto de 2025, foi produzida uma minuta de anteprojeto sem participação do movimento indígena.

Direitos fundamentais podem ser objeto de negociação?

5. Dezembro de 2025: julgamento de mérito

PLENÁRIO: 9 A 1

O STF reafirmou

- Marco temporal novamente considerado incompatível com a Constituição.
- Direitos originários não dependem da ocupação física em 5 de outubro de 1988.
- Rejeição de exigências adicionais para provas antropológicas.
- Reconhecimento de omissão estatal na demarcação e necessidade de plano estruturado.

Permaneceram pontos controvertidos

- Indenização a ocupantes não indígenas e permanência até o pagamento.
- Ampliação da participação de atores nos procedimentos.
- Flexibilização do usufruto exclusivo em determinadas hipóteses.
- Remessa ao Congresso do produto da Câmara de Conciliação.

6. 2026: embargos e impasse

O ponto central: indenização pela terra nua

DOIS JULGAMENTOS DE EMBARGOS

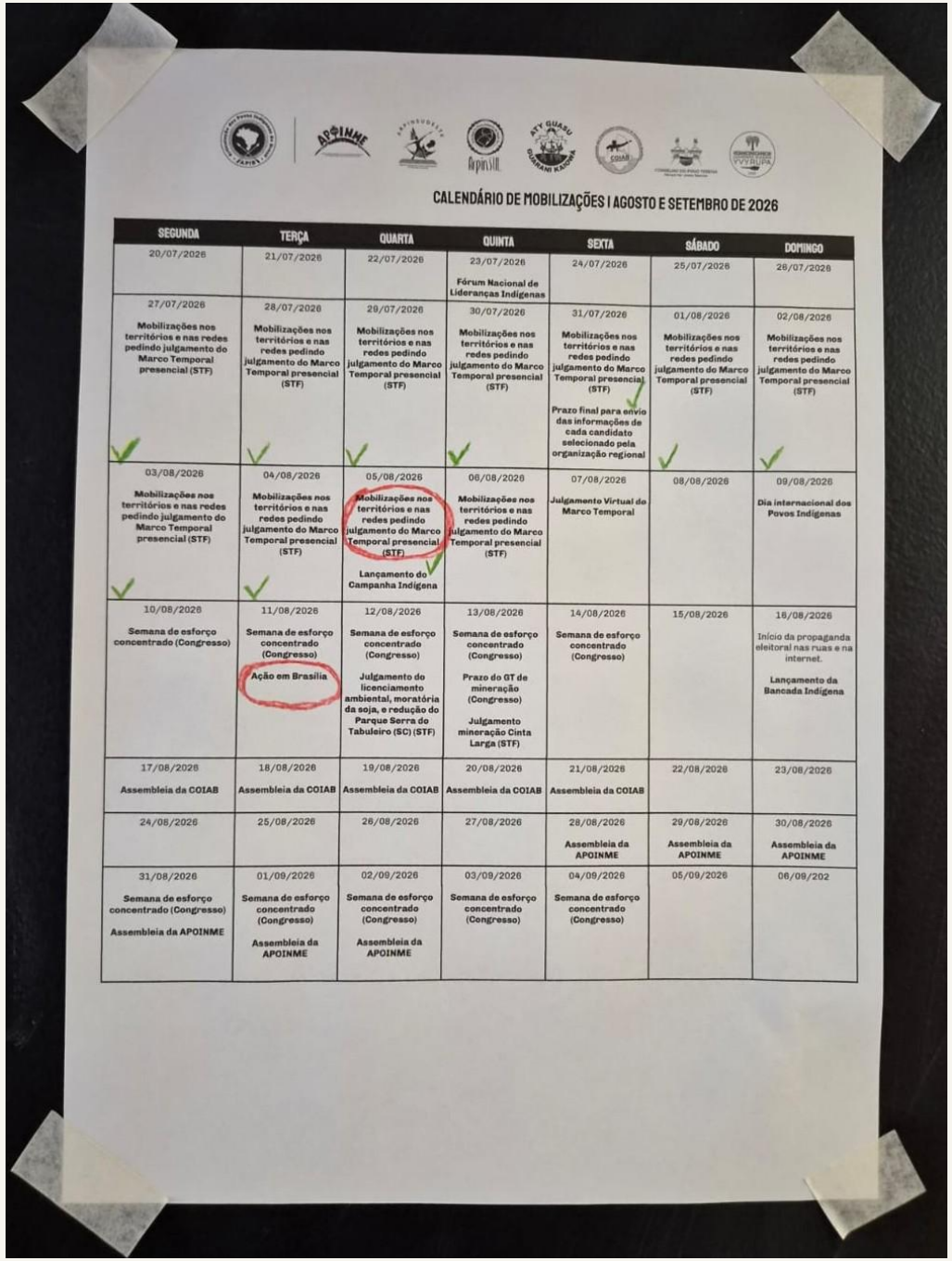
Tema 1.031 — decisão de 2023

- Fachin: o "renitente esbulho" não pode ser reduzido à existência de disputa judicial ou conflito físico em 1988.
- Zanin: a regra geral deve continuar sendo a inexistência de indenização pela terra nua.

Lei 14.701 — decisão de 2025

- Gilmar Mendes: rejeição dos embargos e manutenção do critério que amplia hipóteses de indenização.
- Dias Toffoli pediu vista em agosto de 2026, suspendendo os dois julgamentos.

Questão em aberto: quem paga, quando e em quais hipóteses se indeniza a terra nua.



CALENDÁRIO DE MOBILIZAÇÕES | AGOSTO E SETEMBRO DE 2026

SEGUNDA	TERÇA	QUARTA	QUINTA	SEXTA	SÁBADO	DOMINGO
20/07/2026	21/07/2026	22/07/2026	23/07/2026 **Fórum Nacional de Lideranças Indígenas**	24/07/2026	25/07/2026	26/07/2026
27/07/2026 **Mobilizações nos territórios e nas redes pedindo julgamento do Marco Temporal presencial (STF)**	28/07/2026 **Mobilizações nos territórios e nas redes pedindo julgamento do Marco Temporal presencial (STF)**	29/07/2026 **Mobilizações nos territórios e nas redes pedindo julgamento do Marco Temporal presencial (STF)**	30/07/2026 **Mobilizações nos territórios e nas redes pedindo julgamento do Marco Temporal presencial (STF)**	31/07/2026 **Mobilizações nos territórios e nas redes pedindo julgamento do Marco Temporal presencial (STF)** **Prazo final para envio das informações de cada candidato selecionado pela organização regional**	01/08/2026 **Mobilizações nos territórios e nas redes pedindo julgamento do Marco Temporal presencial (STF)**	02/08/2026 **Mobilizações nos territórios e nas redes pedindo julgamento do Marco Temporal presencial (STF)**
03/08/2026 **Mobilizações nos territórios e nas redes pedindo julgamento do Marco Temporal presencial (STF)**	04/08/2026 **Mobilizações nos territórios e nas redes pedindo julgamento do Marco Temporal presencial (STF)**	05/08/2026 **Mobilizações nos territórios e nas redes pedindo julgamento do Marco Temporal presencial (STF)** **Lançamento do Campanha Indígena**	06/08/2026 **Mobilizações nos territórios e nas redes pedindo julgamento do Marco Temporal presencial (STF)**	07/08/2026 **Julgamento Virtual do Marco Temporal**	08/08/2026	09/08/2026 **Dia internacional dos Povos Indígenas**
10/08/2026 **Semana de esforço concentrado (Congresso)**	11/08/2026 **Semana de esforço concentrado (Congresso)** **Ação em Brasília**	12/08/2026 **Semana de esforço concentrado (Congresso)** **Julgamento do licenciamento ambiental, moratória da soja, e redução do Parque Serra do Tabuleiro (SC) (STF)**	13/08/2026 **Semana de esforço concentrado (Congresso)** **Prazo do GT de mineração (Congresso)** **Julgamento mineração Cinta Larga (STF)**	14/08/2026 **Semana de esforço concentrado (Congresso)**	15/08/2026	16/08/2026 Início da propaganda eleitoral nas ruas e na internet. **Lançamento da Bancada Indígena**
17/08/2026 **Assembleia da COIAB**	18/08/2026 **Assembleia da COIAB**	19/08/2026 **Assembleia da COIAB**	20/08/2026 **Assembleia da COIAB**	21/08/2026 **Assembleia da COIAB**	22/08/2026	23/08/2026
24/08/2026	25/08/2026	26/08/2026	27/08/2026	28/08/2026 **Assembleia da APOINME**	29/08/2026 **Assembleia da APOINME**	30/08/2026 **Assembleia da APOINME**
31/08/2026 **Semana de esforço concentrado (Congresso)** **Assembleia da APOINME**	01/09/2026 **Semana de esforço concentrado (Congresso)** **Assembleia da APOINME**	02/09/2026 **Semana de esforço concentrado (Congresso)** **Assembleia da APOINME**	03/09/2026 **Semana de esforço concentrado (Congresso)**	04/09/2026 **Semana de esforço concentrado (Congresso)**	05/09/2026	06/09/202

7. Calendário de Mobilizações - ago e set/2026

- 27/07 a 06/08 - mobilizações nos territórios e nas redes pedindo o julgamento do Marco Temporal presencial no STF (EDs do RE Xokleng e EDs sobre a Lei 14.701/23);
- 07/08 - julgamento do Marco Temporal (virtual);
- 10 a 14/08: 1ª semana de esforço concentrado no Congresso Nacional (aprovação do PL que altera os limites da FLONA Jamanxim);
- 12/08: julgamento da Lei do Licenciamento Ambiental, moratória da soja;
- 13/08 - prazo de encerramento do GT de Mineração em TIs no Senado e julgamento sobre mineração na TI Cinta Larga no STF;
- 31/08 a 04/09 - 2º Semana de esforço concentrado no Congresso Nacional (aprovação Redata e PNMCE).

8. 2026: embargos e impasse

O ponto central: indenização pela terra nua

DOIS JULGAMENTOS DE EMBARGOS

Tema 1.031 — decisão de 2023

- Fachin: o "renitente esbulho" não pode ser reduzido à existência de disputa judicial ou conflito físico em 1988.
- Zanin: a regra geral deve continuar sendo a inexistência de indenização pela terra nua.

Lei 14.701 — decisão de 2025

- Gilmar Mendes: rejeição dos embargos e manutenção do critério que amplia hipóteses de indenização.
- Dias Toffoli pediu vista em agosto de 2026, suspendendo os dois julgamentos.

Questão em aberto: quem paga, quando e em quais hipóteses se indeniza a terra nua.

9. Posição atual da APIB

Indenização pela terra nua

Condicionar a demarcação ao pagamento prévio é apontado como barreira orçamentária à regularização.

Câmara de Conciliação

A entidade contesta o espaço e se retirou formalmente do processo.

Compensações territoriais

Rejeitadas por razões ligadas à relação entre território, identidade e espiritualidade.

Criminalização das retomadas

A APIB contesta tratá-las como simples invasões de propriedade.

“Terra Indígena não é mercadoria, é direito.”

10. Convergência com a mineração

Insegurança fundiária e proteção territorial

INSEGURANÇA FUNDIÁRIA

DEMARCACÃO TRAVADA

PRESSÃO SOBRE TERRITÓRIOS

O vínculo entre território e mineração

- A exploração mineral, o garimpo predatório e os conflitos territoriais se intensificam onde a proteção fundiária é insuficiente.
- Onde a regularização é dificultada, cresce a vulnerabilidade à exploração ilegal e à degradação ambiental.
- O debate jurídico produz consequências que ultrapassam o processo de demarcação.

11. Três frentes para o MPF

01
Aplicar o Tema 1.031

02
Impedir reabertura ou paralisação com base em normas inconstitucionais

03
Proteger a consulta prévia, livre e informada

- A atuação é apresentada como dever constitucional do MPF na defesa dos direitos originários e da ordem jurídica.
- A Convenção 169 da OIT é referência para a consulta prévia, livre e informada.

Encerramento

“Nosso futuro não está à venda: a resposta somos nós”

Demarcar é cumprir o art. 231 da Constituição e proteger os povos indígenas.

Muito obrigada